

PEQUENO EXPEDIENTE
(ABERTURA DA SESSÃO)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a Sessão Ordinária.

Saúdo aqui todos os representantes dos servidores públicos, saúdo as entidades, os sindicatos, as federações que se encontram representados.

(PRIMEIRA PARTE – LEITURA DA ATA)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Convido o Deputado Cattani para que faça a leitura da Ata que se encontra sobre a mesa.

(O SR. GILBERTO CATTANI ASSUME A 2ª SECRETARIA.)

O 2º SECRETÁRIO (GILBERTO CATTANI) – Bom dia, senhor Presidente, e a todos que se fazem presentes.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE AGOSTO DE 2022, ÀS 14H06MIN.)

O 2º SECRETÁRIO (GILBERTO CATTANI) – Lida a Ata, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Lida a Ata, eu a coloco em discussão. Não havendo Deputados que queiram discuti-la, em votação. Os que concordam com a aprovação permaneçam como se encontram (PAUSA). Ata aprovada.

(PRIMEIRA PARTE – EXPEDIENTE)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Eu peço ao Deputado Paulo Araújo que faça a leitura do Expediente.

(O SR. PAULO ARAÚJO ASSUME A 1ª SECRETARIA.)

O SR. 1º SECRETÁRIO (PAULO ARAÚJO) – Bom dia, Deputado Wilson, nobres Deputados e a todos os servidores públicos aqui presentes no auditório. Um abraço a todos vocês.

Desde já antecipo que podem contar comigo na PEC nº 7/2022, voto a favor. (APLAUSOS)

(O SR. 1º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DO SEGUINTE EXPEDIENTE: OFÍCIO Nº 174/2022, DA SAD; OFÍCIO Nº 125/2022, DA SEDEC; OFÍCIO Nº 2.708/2022, DO INTERMAT; OFÍCIO Nº 4.765/2022, DA SINFRAS; OFÍCIOS NºS 9.549, 9.550, 9.556 E 9.774/2022, DA SES; OFÍCIO Nº 5.531/2022, DA SEMA; OFÍCIOS NºS 333, 334, 335, 336, 337 E 338/2022, DA CASA CIVIL; OFÍCIO Nº 3.439/2022, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ; OFÍCIO Nº 65.614/2022, DO MINISTÉRIO DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA; OFÍCIO Nº 6.829/2022, DA SEPLAG; MEMORANDO Nº 311/2022, DO GABINETE DO DEPUTADO CARLOS AVALONE; MEMORANDO Nº 189/2022, DO GABINETE DO DEPUTADO DR. EUGÊNIO; OFÍCIOS NºS 09, 1.368 E 1.385/2022, DO TRIBUNAL DE CONTAS; CI Nº 2.541/2022, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ; OFÍCIO Nº 01/2022, DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS; OFÍCIO Nº 575/2022, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO VERDE.)

O SR. 1º SECRETÁRIO (PAULO ARAÚJO) – É o que tinha, Presidente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 10H31MIN.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado, Deputado.

(SEGUNDA PARTE – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Passamos à segunda parte do Pequeno Expediente, inscritos os seguintes Deputados: Gilberto Cattani, Paulo Araújo, Claudinei e Wilson Santos.

Com a palavra, o Deputado Gilberto Cattani.

O SR. GILBERTO CATTANI – Obrigado, senhor Presidente.

Bom dia a todos, bom dia a quem nos assiste pelas mídias da Assembleia, também a todos que se fazem presentes nas galerias. É uma honra sempre participar desta tribuna.

Senhor Presidente, o que me traz aqui, hoje... Fui procurado e foi me solicitado ser a voz de um seletor grupo deste Estado que nós costumamos chamar de grupo dos patriotas.

O pessoal nos procurou no gabinete... (VAIAS)... Obviamente quem está vaiando não é patriota, devo acreditar nisso? (VAIAS). Devo acreditar que não são patriotas! Ok, não são patriotas.

Então, especificamente aos patriotas, a quem vou me dirigir, vou ser aqui a voz dos senhores. Não vamos fazer a mesma coisa, nós vamos agir com educação e com respeito.

Eu vou ler a carta que os senhores pediram que eu lesse em plenário.

Senhor Presidente, eu gostaria que me garantisse a fala e, se possível, já peço pelo menos...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Por gentileza, os que estão nas galerias, vamos garantir a palavra do Deputado.

O SR. GILBERTO CATTANI – ...obrigado, senhor Presidente.

Carta da Sociedade Brasileira para as Forças Armadas e para o presidente da República em exercício.

“A Sociedade Brasileira vem por meio desta solicitar o restabelecimento do estado de direito, a desordem nacional que está assolando todo o País está sendo causada pela forma criminosa, inconstitucional e antidemocrática com que as Supremas Cortes, STF e o TSE, vêm conduzindo os seus posicionamentos jurídicos, ultrapassando todos os seus limites constitucionais, intervindo de maneira direta, autoritária e criminosa em outros Poderes constituídos, o que caracteriza total abuso criminoso, antidemocrático e inconstitucional e excesso de autoridade, bem como a condução de forma ilegal, inconstitucional e criminosa do pleito eleitoral, conforme itens citados a seguir:

Falta de transparência na apuração do pleito eleitoral, falta de imparcialidade da Suprema Corte Federal durante todo o processo do pleito eleitoral, censura...” (VAIAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Opa, opa, vamos parar, vamos parar... Só um pouquinho Deputado.

Vamos respeitar, assim como nós estamos respeitando vocês aqui, respeitem o Deputado. Tem direito de divergir dele, mas respeita.

A Mesa vai garantir a palavra aqui, a Mesa não vai permitir... Respeite o direito do Deputado, por favor, por favor, mantenham-se... Não prejudiquem o andamento da Sessão. Se vocês querem ver aqui a votação da PEC nº 7 e de outras matérias, vamos manter o respeito à palavra dos Deputados na tribuna.

Por favor, Deputado.

O SR. GILBERTO CATTANI – Obrigado, senhor Presidente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 10H31MIN.

“...entre outros inúmeros atos inconstitucionais, ilegais e fundamentais para o processo eleitoral democrático.

Os motivos acima citados dão total ilegalidade e inconstitucionalidade do pleito eleitoral. Enxergamos os atos da Suprema Corte Federal como atos antidemocráticos, inconstitucionais e criminosos que justificam a desordem nacional que está assolando todo o Brasil neste momento, o que já está causando prejuízos bilionários a todos os setores da economia. O Brasil está à beira de um colapso total, as atitudes da Suprema Corte Federal é que estão causando esse colapso.

Dessa forma, vimos pedir às Forças Armadas do Brasil e ao presidente da República em exercício que tomem todas as medidas legais para desta forma restabelecer a ordem nacional.”

Assina aqui Sociedade Brasileira.

Esta carta que me passaram, senhor Presidente, pediram para eu ler e eu gostaria só de comentar, se o senhor puder me dar só mais um minuto.

Nós temos, senhor Presidente, jornalistas uns exilados do Brasil, outros jornalistas andando com tornozeleira no pé, outro jornalista que foi para a cadeia, entrou andando e saiu de lá aleijado, entre outros de quem foi tirado o seu direito de simplesmente serem jornalistas. Porque o fato do jornalista é se expressar.

Nós temos comerciantes presos e multados, senhor Presidente, sem nenhuma prova, é a justiça por antecipação, sem que essas pessoas fossem de fato julgadas e condenadas por qualquer crime; nós temos, senhor Presidente, empresários, pequenos agricultores, grandes produtores, todos eles sendo cerceados no seu direito de se manifestar.

Nós temos, senhor Presidente, vários ativistas com suas redes sociais bloqueadas, nós temos dez federais... Entre federais eleitos agora e federais que já estão no exercício do mandato, nós chegamos a dez que tiveram todas as suas redes de mídia cerceadas, senhor Presidente, censuradas, e essa censura eu já denunciei aqui, inclusive aprovamos aqui um ato nesta Casa para que isso não fosse aceito no nosso País.

E já chegou ao nosso Estado, porque eu também tive uma rede minha censurada, senhor Presidente.

Eu só li essa carta para fazer a vontade dessa parcela significativa da população e agradeço a sua paciência, senhor Presidente.

E quero dizer a vocês que são de fato aqueles que estão dando a sua vida pela Pátria e pela sua Nação, meus parabéns, que Deus abençoe a cada um. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Próximo inscrito, Deputado Paulo Araújo.

O SR. PAULO ARAÚJO – Obrigado, nobre Presidente Deputado Wilson, em seu nome cumprimentar aqui todos os Deputados e novamente cumprimentar todo o grupo de servidores públicos do Estado de Mato Grosso, como vocês eu também sou servidor, servidor de carreira da Secretaria Estadual de Saúde (APLAUSOS), tenho pautado o meu mandato desde o primeiro momento... Os Deputados aqui são prova de que nunca votei nenhuma matéria contra os interesses do serviço e servidor público e não será diferente na votação de hoje.

Por que estou dizendo isso? Porque nós recebemos milhares de mensagens dos colegas e todas as vezes respondo a mesma coisa: conte comigo, conte comigo. Então, para mim não precisa ficar pedindo, porque o compromisso está desde o primeiro momento... DNA de servidor é de servidor em todos os momentos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 10H31MIN.

E nós temos algumas pautas, Deputado Avallone. Eu sei que o senhor se envolveu muito na questão da PEC nº 7, inclusive há números novos do impacto financeiro, já disse para vocês, já disse para os servidores, minha mãe inclusive é aposentada, minha vó é aposentada, eu venho de uma família de servidores públicos, eu sou servidor público, minha esposa é servidora pública, eu faço parte da base de sustentação política de defesa do servidor público aqui na Assembleia.

Mas nós temos outras preocupações também, não só a PEC nº 7, essa com certeza conta com meu voto, mas nós temos a discussão da RGA (APLAUSOS). A RGA é uma pauta que atende todo o grupo de servidores públicos do Estado de Mato Grosso, há uma expectativa muito grande de que possamos votar um percentual maior do que o índice inflacionário, até para corrigir pagamento de RGA que não foram feitos em anos anteriores.

Então, nós queremos aqui que o Governo, juntamente com a nossa base de sustentação política... Aqui eu faço parte da base de sustentação política do Governo, mas as matérias com relação ao servidor voto, sempre votei, com os servidores.

E em todo o momento nós vamos articular com o Governo para que o Governo tenha condições de, nessa LOA – porque nós temos saúde financeira para isso, Avallone –, pagar, Deputado Max, um valor um pouquinho maior, pelo menos o valor que está previsto na LOA, porque o valor que está previsto na LOA possivelmente vai ser maior do que o índice inflacionário previsto para a RGA. Já que nós temos essa previsão, porque não darmos um ganho um pouco maior aos servidores públicos.

Fora as outras pautas que são pautas inerentes ao servidor público, continuamos tendo problema com relação aos cuidadores, aos responsáveis legais por pessoa com deficiência, muita dificuldade das mães e pais que têm filhos... Minha irmã também é servidora pública, tem minha sobrinha Maria Júlia, que também tem síndrome de Down, e tem trazido algumas reclamações dos servidores públicos com relação... (TEMPO ESGOTADO)... Mais um minutinho, obrigado, e traz uma reclamação que, na verdade, não é pontual, é geral, da redução de carga horária para o responsável legal por pessoa com deficiência.

Então, ao grupo de servidores gostaria que pudesse nos ajudar, dizer para as pessoas que podem contar com o Deputado Paulo Araújo.

Obrigado e a construção do projeto continua pelo serviço público do Estado de Mato Grosso.

Obrigado. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Parabéns, Deputado Paulo.

Próximo inscrito, Deputado Delegado Claudinei; em seguida, Deputado Carlos Avallone, Dr. Gimenez e Wilson Santos.

Deputado Delegado Claudinei, com a palavra.

O SR. DELEGADO CLAUDINEI – Bom dia, senhor Presidente, aos colegas Deputados presentes e de forma virtual também, à sociedade de Mato Grosso que nos acompanha, o pessoal que está acompanhando ao vivo da galeria, plenário.

Primeiramente, quero falar também da PEC nº 7/2022, a PEC dos aposentados, ela consta na nossa Ordem do Dia, item um para votação, o primeiro para votação, com parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, da qual faço parte.

Observando que não fui informado, não participei dessa votação, desse voto contrário, desse parecer contrário à PEC nº 7; então, senhor Presidente, já manifesto o meu voto contrário ao parecer e favorável à PEC nº 7/2022. (GRITOS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 10H31MIN.

Claro, depois vamos ser chamados formalmente para apresentar o voto, mas já deixo meu voto favorável à PEC nº 7, dos aposentados e pensionistas do Estado de Mato Grosso, respeitando o limite do INSS para desconto.

Também quero apresentar um requerimento ao Governo do Estado e secretarias pertinentes a respeito da homologação do último concurso da segurança pública, que se encerrou e foi homologado no dia 2 de dezembro, são os editais 1 a 7/2022 para formação de cadastro de reserva dos seguintes cargos: escrivão, investigador da Polícia Civil, aluno-soldado da Polícia Militar, aluno-oficial da Polícia Militar, aluno-oficial da Polícia Militar do quadro de saúde, aluno-soldado do Corpo de Bombeiros Militar, oficial do Corpo de Bombeiros Militar.

Temos recebido muitas mensagens de pessoas. O pessoal que passou e foi aprovado está com dúvida, quantos serão nomeados em cada cargo desses que eu citei; então, considerando ainda o déficit de servidores na área de segurança pública no Estado de Mato Grosso, pedimos que sejam esclarecidas as seguintes informações, repassadas as seguintes informações com muita transparência:

Qual o cronograma definido pela gestão pública estadual para início das convocações e nomeações dos classificados nos certames em referência e qual o quantitativo previsto, quais unidades das forças de segurança serão atendidas com os novos servidores e respectivos municípios.

Nós aguardamos essas informações para repassar a esse pessoal dos aprovados, que estão aguardando ansiosos essas nomeações, se sai agora até o final de dezembro, início de janeiro, para que possam iniciar as respectivas academias de polícia, curso de formação e logo estejam trabalhando efetivamente e ajudando a segurança ao reforçar o efetivo da segurança pública do Estado de Mato Grosso, que temos aí muitos bandidos para serem presos principalmente em vários segmentos, bandidos mais pobres, bandidos mais ricos.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito bem, Deputado Claudinei, muito obrigado.

Quero registrar a presença aqui da Diany Dias, presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Agrícola e Pecuária do Estado de Mato Grosso; da professora Vânia Miranda, com os alunos da Escola Professora Adalgisa de Barros, do município de Várzea Grande (GRITOS); registrar a presença da senhora Carmem Machado, presidente do Sisma - Sindicato dos Servidores da Saúde; de Carlos Alberto Caetano, do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial e ex-presidente do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso; da senhora Maria Luiza, da direção do Sintep; da Josyany Simas, coordenadora do Movimento Patriota e Conservadores de Mato Grosso; do professor Valdeir Pereira, presidente do Sintep; da senhora Angelina de Oliveira, secretária de Seguridade dos Aposentados de Mato Grosso; do senhor Leandro Azevedo da Cunha, vereador do município de Vale de São Domingos; do senhor Edemilson André Oliveira, presidente da Associação dos Pequenos Produtores de Colniza; do senhor Fábio dos Santos Bezerra, vereador do município de Vale de São Domingos; da senhora Heloísa de Mello, secretária de Várzea Grande das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, e do senhor Aldo Gonçalves Reis Lopes, vereador do município de Vale de São Domingos, a todos vocês o nosso muito obrigado pela presença e sintam-se em casa.

Com a palavra, o Deputado Carlos Avallone; em seguida, o Deputado Dr. Gimenez, Deputada Janaina, Wilson Santos e Faissal Calil.

Com a palavra, Deputado Carlos Avallone (PAUSA), ausente; com a palavra, o Deputado Dr. Gimenez, que está online lá de Quatro Marcos para o mundo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 10H31MIN.

O SR. DR. GIMENEZ – Bom dia, senhor Presidente, bom dia a todos os presentes.

Senhor Presidente, muito rapidamente, apenas um pedido para a Mesa Diretora, eu peço para que seja colocado em votação um projeto de lei meu que já está em segunda votação, já com toda a tramitação correta e eficiente, é o Projeto de Lei nº 990/2021, que trata da hora do colinho, apenas para que seja colocado em votação, em segunda votação. Já está todo tramitado, é apenas colocar em votação.

Se puder ser atendido, eu agradeço. É só para o momento, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Determino aqui ao consultor da Mesa, o eterno Deputado José Domingos, que providencie a inclusão do PL nº 990/2021, é isso aí Deputado? 990/2021? Ok. A Mesa já está providenciando.

Com a palavra, o eminente Deputado Carlos Avallone, continua ausente... Deputado Carlos Avallone, com a palavra...

(O SR. CARLOS AVALLONE DIALOGA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – ...não, pela sequência, Deputada Janaina Riva é a próxima inscrita, Janaina Riva.

(A SRª JANAINA RIVA QUESTIONA O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – ...é agora, em seguida o Deputado Ulysses Moraes, e estou inscrevendo o Deputado Sebastião Rezende.

A SRª JANAINA RIVA – Bom dia, Presidente, bom dia a todos os colegas e bom dia a todos os servidores públicos do Estado de Mato Grosso que estão aqui presentes.

Hoje, Presidente, tenho o prazer de retornar a esta Casa para votar favoravelmente a PEC nº 7/2022, honrando o compromisso que eu havia feito com os servidores do Estado de Mato Grosso.

Hoje mesmo, pela manhã, conversava com a minha vó, que é uma das aposentadas também da educação, foi diretora de escola, é servidora, minha tia Bernadete também, que estão nos assistindo, e eu falava para elas que é importante nós fazermos essa correção, e é uma luta da Assembleia já de anos, desde quando nós aprovamos a Previdência para retirar aqueles que ganham até o teto do INSS da cobrança previdenciária após aposentadoria.

E vou além, Presidente, eu andei conversando também com alguns membros do Governo e ouvi que, se o Deputado Avallone de fato estiver correto com os números que ele está trazendo, o próprio Governo pode também mudar o seu entendimento com relação à aprovação da PEC, os dados da MTPREV, os dados hoje que estão sendo repassados à Assembleia não estão corretos, o impacto é muito menor do que está sendo alegado pela MTPREV perto do impacto social.

Então, eu quero parabenizar o Deputado Carlos Avallone por que vem orgulhando a nossa Casa, trabalhando em cima, estudando os números e com certeza vai ter a capacidade e habilidade de convencer a Assembleia e também o Governo da necessidade de nós votarmos a PEC nº 7 e corrigirmos essa distorção.

Obrigada a todos. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Parabéns, Deputada.

Próximo inscrito, Deputado Ulysses Moraes.

O SR. ULYSSES MORAES – Presidente, apenas para dizer que apresentaremos uma Moção de Aplausos ao deputado federal Marcel van Hattem, que tem capitaneado a CPI do abuso de autoridade frente aos absurdos que vêm acontecendo em nossa democracia, mais

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 10H31MIN.

parlamentares vêm sendo censurados, são mais dois parlamentares que foram censurados nessas últimas semanas, e essa é uma luta que não podemos parar e não podemos aceitar.

Jamais podemos deixar que parlamentares sejam calados. Afinal parlamentares estão aqui eleitos pelo voto popular justamente para expressar o sentimento de cada um daqueles que depositou isso (*sic*). A partir do momento em que você faz com que o parlamentar deixe de falar, proíbe que ele fale, impede que ele fale, você não está impedindo que o parlamentar fale, mas sim que todos aqueles que acreditaram nele, depositaram voto nele falem.

Com relação aos aposentados, manifestar novamente favorável aos aposentados aqui presentes e deixar aqui o meu desabafo: vocês foram enganados durante todo esse tempo, vocês não precisavam do Governo em momento algum. Não precisavam se sentar com o Governo, não precisavam negociar com o Governo, essa decisão é aqui na Casa Legislativa que se toma, a lei sai daqui (APLAUSOS), então que seja feita a vontade desta Casa Legislativa, que é a vontade do povo, que é a vontade de vocês.

Contem com meu apoio e voto, tendo em vista esse confisco que foi feito no salário de vocês. É inaceitável, é inacreditável que o governador Mauro Mendes faça isso com pessoas que contribuíram todos os anos pelo Estado.

Muito obrigado. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Deputado Ulysses, só uma pitada, um pouquinho da experiência, os Deputados podem falar o que quiserem, que a Constituição garante, desde que a fala seja da tribuna. Nenhum parlamentar será processado por nenhuma instituição, por ninguém, nenhum parlamentar naquilo que ele proferir da tribuna, a palavra e o voto são cláusulas pétreas.

O SR. ULYSSES MORAES – Permita-me um aparte.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – É pétrea. Eu não sei... Alguns estão perdendo o direito de falar porque estão falando fora da tribuna, a tribuna é sagrada para o Parlamento. Mesmo nos regimes de exceção que o Brasil vivenciou, mesmo nos regimes de exceção, em ditaduras, a palavra quando dita da tribuna é o que há de mais sagrado representando o povo.

O SR. ULYSSES MORAES – Permita-me uma pequena correção.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Com todo o prazer, pois não.

O SR. ULYSSES MORAES – Com relação à tribuna ou não tribuna, já existem inclusive decisões judiciais, em tribunais superiores inclusive, que falam que não é só nas dependências deste Parlamento que se carrega a imunidade constitucional garantida aos deputados, que a Constituição é muito clara, ela disse que nós somos invioláveis. Acho que não existe palavra melhor para defender isso, inviolável. O que seria inviolável? Podemos falar literalmente aquilo que o povo quer que nós falemos.

Então, as redes sociais... É uma questão da adaptação, talvez, legislativa, inclusive esta Assembleia Legislativa pode ser pioneira. Já que estão dando azo a interpretações, porque nós não colocamos na nossa Constituição Estadual que as redes sociais são prolongamento do mandato, são o nosso microfone lá fora, então nada mais correto.

Já que estão abrindo a interpretações diversas, de que só a tribuna me garante imunidade, que essa imunidade seja expressa, de que ela não é só em tribuna, afinal como separar o Deputado Wilson Santos aqui em tribuna e o Deputado Wilson comendo o seu peixinho ali na beira do rio junto aos seus ribeirinhos que tanto defende, como Vossa Excelência defenderá os ribeirinhos lá na beira do rio dizendo um discurso se as suas palavras naquele local não estão imunes?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 10H31MIN.

Então, se há dúvidas, que coloquemos, então, em nossa Constituição Estadual e sejamos precursores disso a nível federal.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Parabéns, Deputado, Vossa Excelência (APLAUSOS)... É uma pena que este Parlamento vai perder a presença de Vossa Excelência no próximo quadriênio, Vossa Excelência é brilhante, mas essa inviolabilidade é somente para o nosso voto e para o que dissermos na tribuna, pelo menos por enquanto, quem sabe possa ser estendida às redes sociais, mas ainda não é.

Deputado Carlos Avallone, com a palavra; em seguida, Deputado Sebastião Rezende. Estão inscritos também o Deputado Thiago Silva e, por último, o Deputado Lúdio Cabral e Wilson Santos.

O SR. CARLOS AVALLONE – Bom dia a todos, principalmente aos nossos aposentados aqui presentes, à turma da educação, aos sindicatos e a todos que estão aqui. Senhores Deputados, Presidente aqui presente.

Bom, eu tenho me debruçado muito em estudar a questão dos aposentados. Ao estudar a Previdência, eu percebi e descobri que é um assunto extremamente delicado e complexo, de difícil entendimento, e é por isso que existem tantas dúvidas quanto às questões dos números apresentados.

E nós fizemos uma audiência pública na Comissão de Fiscalização em que... Não sei se foi uma audiência pública, mas foi uma reunião da Comissão de Fiscalização em que nós convidamos e estiveram aqui diretores da MTPREV.

E esses diretores apresentaram os números para nós, primeiro, do impacto financeiro em torno de 250 milhões de reais e, em segundo, o cálculo atuarial que significaria isso durante 70 anos. E aí colocou mais 400 e pouco, 500 milhões, o que daria aí 700 milhões de reais o cálculo do impacto que a PEC nº 7 traria aos cofres públicos.

Bom, a partir daí eu me debrucei, junto com a equipe e também convidei uma diretora da MTPREV para participar das discussões, e o número a que cheguei são infinitamente menores que esse, o número que eu cheguei é de um impacto financeiro e atuarial de 106 milhões/ano. Vou repetir, 106 milhões por ano.

Bom, partindo desse impacto, ele desmonta toda a tese de que isso seria insustentável para que os cofres públicos pudessem assumir essas despesas e 106 milhões são números extremamente possíveis de serem assumidos num momento em que nós temos superávits acima de 5 bilhões de reais no Estado de Mato Grosso.

E quero lembrar que esse foi um compromisso desta Assembleia e um compromisso do Governo do Estado quando, por iniciativa da Assembleia, dos sindicatos, nós conseguimos aquele aumento da isenção de 1 salário-mínimo para 3.300 reais.

Aquele compromisso naquele dia foi de que nós continuaríamos trabalhando; conforme fosse melhorando a situação do Estado, nós íamos melhorando a situação dos aposentados. O Estado melhorou e os... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Mais um minuto.

O SR. CARLOS AVALLONE – ...obrigado.

E os aposentados ficaram para trás. Então, eu acho que é uma questão realmente de justiça social.

Quero lembrar que este recurso de 500, 600, 700 reais que cada aposentado está perdendo, se a gente levar isenção até o teto do INSS, é dinheiro para comprar remédio, não é

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 10H31MIN.

dinheiro para comer, não é dinheiro para passear, não é dinheiro para viajar, é dinheiro para comprar remédio.

Há aposentadas aqui com quem nós temos conversado que dizem: “Olha, eu precisava de sete remédios, estou tomando quatro, três, porque três, quatro não estou podendo comprar”.

Então, não sendo 700 milhões, sendo 106 milhões, não é justo que nós não demos, e que votemos a favor da PEC.

Segundo, o Governo comunicou a nós, Deputados da Base, que está mandando para cá... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Tendo em vista a relevância do assunto, Excelência, e Vossa Excelência como grande tucano que és, mais dois minutos.

O SR. CARLOS AVALLONE – Obrigado.

Bom, o Governo comunicou à Base do Governo, da qual eu faço parte, que está criando um imposto, está propondo à Assembleia a criação de um imposto para mineração.

Esse imposto foi até uma sugestão da CPI dos Incentivos Fiscais, que no relatório da mineração incluiu isto: a criação de um novo imposto. E nos comunicou que esse imposto dará um volume de recursos anual na ordem de 200 milhões de reais.

Então, eu quero pedir duas coisas à Casa, a cada um de nós, Deputados, aqui presentes: primeiro, que votemos a PEC, aprovando-a; segundo, que, ao votar o projeto da mineração, condicionemos que o dinheiro da mineração só seja aprovado se for para cobrir a PEC (APLAUSOS), para atender aos aposentados. Porque sou contra aumento de imposto numa hora como essa. Eu só votarei a favor desse imposto se for para cobrir os aposentados. (APLAUSOS)

Mais uma coisa, como vão dizer que os meus cálculos estão errados, vão dizer que os cálculos que a MTPREV apresentou são melhores do que o meu, estou convidando a consultoria do cálculo atuarial para estar presente na Assembleia no dia 22, às 4 horas da tarde, independente da votação de hoje – vamos fazer a votação de hoje, que será em primeira –, para que eles venham aqui para discutir comigo o cálculo atuarial, para eu mostrar a eles, ou vice-versa, que não são 450 milhões, 500 milhões, mas é um valor bem inferior a esse.

Muito obrigado e o nosso voto é pelos aposentados. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Próximo inscrito, Deputado Wilson Santos. (APLAUSOS)

(O SR. EDUARDO BOTELHO ASSUME A PRESIDÊNCIA.)

O SR. WILSON SANTOS – Presidente, eu apresento um projeto de resolução para nominar aqui a Sala de Imprensa da Casa de Jornalista Maurício Barbant.

Vossa Excelência acaba de conceder aos profissionais da imprensa um ambiente adequado, moderno, então apresento aqui esse projeto de resolução.

Também deixo aqui uma Moção de Pesar aos familiares e amigos da jornalista Denise Soares.

Nós perdemos dois jornalistas só nesses últimos dias.

A Denise era muito jovem, tinha apenas 32 anos, ela faleceu no último dia 1º de dezembro, foi vítima de um infarto, muito jovem, provavelmente sequelas da covid, né? Muita gente falecendo de infarto, AVC, são sequelas. E ainda há um percentual que não quer vacinar. Fica aqui o apelo para que todos tomem a vacina, a quarta vacina.

Também deixo aqui uma Moção de Pesar aos familiares, amigos e colegas de trabalho do nosso repórter fotográfico Maurício Barbant, que tinha minha idade e era nascido na

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 10H31MIN.

mesma cidade. Nascemos em Dracena, no interior de São Paulo, viemos crianças para cá. Maurício e eu temos 61 anos de idade.

E deixo aqui um conjunto de indicações ao prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro.

Senhor Presidente, parabenizar, Vossa Excelência, Deputado Eduardo Botelho, pela condução prudente e madura que fez ao longo dos últimos meses, intermediando um consenso entre o prefeito Emanuel Pinheiro e o governador Mauro Mendes.

Isso teve um termo ontem, quando o Tribunal de Contas do Estado, por provocação de Vossa Excelência, minha, do colega Elizeu, interveio e pôs na mesma mesa o Governo do Estado de Mato Grosso, a Prefeitura, a Assembleia Legislativa, o Ministério Público de Contas, a AMM, e ontem nós concluímos o entendimento.

Os 48 milhões de reais do Governo do Estado serão aplicados em asfalto em 11 bairros da Capital. Dentre eles o Novo Milênio, Fortaleza, Novo Tempo, Planalto, Novo Horizonte e outros seis bairros da Capital.

Além disso, o secretário Marcelo Oliveira levou em mãos ontem na reunião mais duas boas notícias para a Capital. O governador Mauro Mendes anunciou ontem que irá concluir a duplicação da Avenida Dante de Oliveira, antiga Avenida dos Trabalhadores, e também anunciou que... (TEMPO ESGOTADO)... E também anunciou que fará o túnel ligando a continuação da Rua Trigo de Loureiro, aqui no Bairro Baú, é aquela rua que passa atrás do Bar Tucano, atrás do Deck Avenida, Trigo Loureiro, ela passará por baixo da Avenida Miguel Sutil, ligando a região ali do Baú, Araés ao Bairro Alvorada, ao Bairro Consil.

Então, essas duas obras já têm recursos em caixa e serão 100% mantidas e bancadas pelo Governo do Estado de Mato Grosso. Agora, o Governo do Estado de Mato Grosso está autorizado a fazer as licitações para as respectivas obras.

Eu quero, em nome da Assembleia, parabenizar o Deputado Eduardo Botelho, que foi o nosso grande capitão na construção do consenso, e dizer ao governador Mauro Mendes e ao prefeito Emanuel Pinheiro, que já são quase sexagenários, que criem juízo... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Mais um minuto, Deputado.

O SR. WILSON SANTOS – Obrigado, Presidente.

Que os dois gestores eleitos pelo povo criem juízo, deixem de manha e de moagem e que coloquem a população de Cuiabá em primeiro lugar.

Obrigado, Presidente.

E também quero dizer aqui, antecipadamente, aos inativos do Estado de Mato Grosso, que já prestaram serviços por 30 anos, 40 anos ao Estado de Mato Grosso, que votarei SIM na PEC nº 7 também. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok, vou conceder um minuto para o Deputado Lúdio e um minuto para o Deputado Sebastião Rezende.

Porque, realmente, o tempo já extrapolou, já acabou, já temos duas horas no Pequeno Expediente e já extrapolou todo o tempo.

Sebastião Rezende.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE – Senhor Presidente, apenas para parabenizar Vossa Excelência pelo trabalho que Vossa Excelência fez presidindo a comissão que estudou a questão da Previdência, e eu tive a oportunidade de participar.

E dizer que é mais do que justo o pleito dos aposentados, pensionistas, servidores do Estado de Mato Grosso e nós temos feito essa luta para que o piso seja garantido, senhor Presidente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 10H31MIN.

Eu estou em trânsito, na estrada e apenas solicitar a Vossa Excelência o mais rapidamente possível... Para que eu não tenha dificuldade de votar a favor dessa PEC tão importante do servidor, dos aposentados.

E também dizer que estou passando aqui pela 235, de Sapezal a Campo Novo, e principalmente esse trecho da reserva indígena é muito ruim, então fica aí o nosso pedido para que essa recuperação seja feita.

E quero aqui, senhor Presidente, ter condição de, nesse trajeto, não ter dificuldade de sinal e poder votar aí com os aposentados e pensionistas.

Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Lúdio Cabral, um minuto.

O SR. LÚDIO CABRAL – Bom dia a todas as pessoas que estão acompanhando a Sessão em plenário, pela TV, rádio, redes sociais.

Eu estou por via remota hoje por estar em isolamento, com covid-19 pela segunda vez. Felizmente, evoluindo bem o quadro gripal clássico.

Eu quero saudar os membros da comunidade escolar da Escola Adalgisa que estão presentes aí em plenário hoje, mobilizados em defesa da escola, em defesa do modelo pedagógico qualificado que a escola desenvolve atualmente.

Não há necessidade, não há razão para militarização dessa escola, não há demanda por parte da comunidade escolar de que se faça isso e é justíssimo a luta da comunidade escolar.

Quero saudar a todos os servidores públicos de todas as categorias profissionais, aposentados e pensionistas que estão mobilizados para a votação da PEC nº 7, espero que já a votemos rapidamente e consigamos aprová-la.

Eu estou apresentando, senhor Presidente, emenda ao projeto de resolução que foi apresentado hoje pela Mesa Diretora... (TEMPO ESGOTADO)

Secretaria de Serviços Legislativos

O Sr. Thiago Silva – Presidente, uma Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Thiago Silva, um minuto.

O SR. THIAGO SILVA – Senhor Presidente, quero aqui apresentar uma indicação, um pedido lá da comunidade da Aldeia Tadarimana, em Rondonópolis, para construção de uma escola estadual.

E também, senhor Presidente, fazer uma cobrança para a Comissão de Constituição e Justiça do PL nº 884, que está tramitando, sobre as escolas confessionais.

Estou aqui com um abaixo assinado de mais de 5 mil pais que nos fizeram esse pedido e aguardamos que, na próxima reunião, a CCJ coloque em votação esse projeto tão importante para manter o ensino de qualidade, pois as escolas confessionais já têm sido um exemplo na qualidade do ensino no Estado de Mato Grosso.

No mais, eu quero aqui mais uma vez reafirmar o meu compromisso com todos os servidores do Estado de Mato Grosso, já votei contra a reforma da Previdência, por ser contra a taxação dos aposentados e agora mais do que nunca, neste momento em que o Estado vive um momento de superávit, conforme foi colocado aqui pelo Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Pessoal, ainda estou com três aqui para falar, nós precisamos começar as votações, o pessoal está tudo esperando, temos várias votações para falar.

Vou conceder um minuto para o senhor, um minuto para Paulo Araújo e um minuto para Faissal, que está falando. Senão nós não começamos a votação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 10H31MIN.

O SR. THIAGO SILVA – Muito obrigado, senhor Presidente.

Conforme o nosso Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento já colocou aqui, vivemos um momento de superávit, mais de 5 bilhões.

Então, é o momento de o Governo reaver essa taxaço e agora nós isentarmos até o teto, conforme a lei federal.

Então, quero aqui reafirmar o meu compromisso de votar favorável a PEC nº 7.

Muito obrigado. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ulysses, um minuto.

O SR. ULYSSES MORAES – Botelho, na verdade, 30 segundos, só para fazer um adendo na fala do colega Avallone. Deputado Avallone falou que o dinheiro deles não seria para lazer, não seria para comprar alguma coisa, que seria para comprar remédio.

Deputado Avallone, com todo respeito – que é quem conduziu aqui essa votação até o momento, agora, que está brigando pelos aposentados –, eu não quero saber, Deputado, se eles vão gastar com maquiagem, se eles vão gastar para comprar presente para neto, se eles vão gastar para comprar, para viajar, para fazer o que quiser. Se é sapato novo, se é roupa nova, esse dinheiro é deles, Avallone, não do Estado! Esse dinheiro não é... (SEM ÁUDIO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Você desligou o microfone, você bateu e desligou.

O SR. ULYSSES MORAES – ...eu não quero saber de que é, gastem como quiserem, esse dinheiro é de vocês e não do Estado, não do governador Mauro Mendes! (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Faissal.

O SR. FAISSAL – Bom dia a todos, senhor Presidente, nobres Pares; a todos que nos acompanham da galeria, sintam-se saudados.

Senhor Presidente, gostaria só de reafirmar o compromisso que temos para votar junto com os aposentados, em nome da nossa professora Clecy (APLAUSOS), nossa guerreira, batalhadora, que sempre esteve presente conosco.

E dizer mais: nós temos hoje em pauta uma votação com relação à alteração do Regimento Interno. Estou fazendo uma emenda para acabarmos com o voto secreto aqui nesta Casa.

Não podemos ter memória curta, já brigamos pela isenção dos aposentados, tivemos 13 votos. O governador Mauro Mendes vetou. Quando retornou para esta Casa e, em razão do voto secreto, nós perdemos dois e não conseguimos derrubar.

Então, nós temos que alterar, sim, o nosso Regimento Interno e acabar com o voto secreto. Na Câmara Federal, no Congresso Nacional não há voto secreto de veto do governador ou presidente e aqui nesta Casa deve ser o mesmo.

Então, essa é a nossa súplica, precisamos que proceda... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Mais um minuto para Faissal, meu Deus!

O SR. FAISSAL – Obrigado, Presidente Botelho e papi, papi de todos aqui.

Então, pedir, Presidente, que coloque também em votação a nossa súplica de acabar com o voto secreto.

E uma última questão, rapidinho, estou fazendo uma indicação para fazermos um redutor de velocidade aqui na Estrada da Guia, entrada do Aguaçu, vários acidentes. É uma estrada muito movimentada, logo, logo haverá várias unidades habitacionais e o problema vai só aumentar.

Então, senhor governador, não é só colocar o redutor de velocidade, e sim duplicação, duplicação da Estrada da Guia já!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 10H31MIN.

Essa é a nossa súplica.

Obrigado, fiquem todos com Deus. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado...

O SR. PAULO ARAÚJO – Presidente, só Questão de Ordem, o meu é dez segundos. Só pedir a inversão de pauta, colocar a PEC nº 7 para nós votarmos.

A primeira pauta do dia, eu sei que Vossa Excelência...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Não, o senhor não precisa pedir, isso já foi combinado na Sessão passada.

O SR. PAULO ARAÚJO – É, então tá bom! Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Barranco, um minuto.

O SR. VALDIR BARRANCO – Presidente, só para cumprimentar os aposentados e pensionistas e dizer que acabei de pousar aqui no aeroporto, estou retornando de Brasília, estou chegando para votar a favor da PEC nº 7, em favor dos aposentados e dos pensionistas que estão tendo esse dinheiro retirado deles.

Isso não é imposto, eles estão tendo o recurso sequestrado pelo Governo.

Um abraço a todos que estão aí da Adalgisa, parabéns à juventude que fez uma linda demonstração de resistência em favor da escola que seja pública, de qualidade e democrática.

Obrigado, Presidente. Estou chegando.

(AS PROPOSIÇÕES APRESENTADAS NESTA SESSÃO ESTÃO DISPONÍVEIS EM: <https://www.al.mt.gov.br/parlamento/documentos/parlamentares?tipo=10&sessaoPlenariaAta=&sessaoPlenariaSumula=&sessaoPlenaria=8030&palavraChave=&dataIni=&numDocumento=&anoDocumento=&dataInicio=&dataFinal=&search>)

Secretaria de Serviços Legislativos

GRANDE EXPEDIENTE
(NÃO HOUVE GRANDE EXPEDIENTE.)

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok. Encerrado o Pequeno Expediente, vamos para a Ordem do Dia.

Só vou votar as indicações e o primeiro projeto da pauta vai ser a PEC.

Indicações apresentadas pelos Deputados Thiago Silva, Wilson Santos, Sebastião Rezende, Faissal, Delegado Claudinei, Carlos Avallone, Max Russi, Janaina Riva, Valdir Barranco e Wilson Santos.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Dispensa de pauta ao projeto do Tribunal de Justiça que inclui o artigo 57-A, parágrafo único no artigo 68-A.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de dispensa de pauta ao Projeto de Lei nº 812/2022, do Tribunal de Justiça, que altera a (LEI DE) carreiras e remuneração dos servidores do Poder Judiciário.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 10H31MIN.

Requerimento de dispensa de pauta ao projeto de lei número... Está sem número ainda, que institui o auxílio-saúde aos membros e servidores ativos e inativos da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento do Deputado Carlos Avallone, convocando o presidente da MTPREV para o dia 22 de dezembro, às 16h – cara, você vai estar quase sozinho aqui, Avallone, 22 de dezembro, hein! –, para uma reunião, para discutir os custos da Previdência.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de informações apresentados pelos Deputados Lúdio Cabral, Delegado Claudinei, Janaina Riva e Valdir Barranco.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Moções de Aplausos apresentadas pelos Deputados Gilberto Cattani, Delegado Claudinei, Allan Kardec e Janaina Riva.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Moções de Pesar apresentadas pelo Deputado Eduardo Botelho, pelo Deputado Wilson Santos, pela...

(O SR. PRESIDENTE DIALOGA COM O SR. WILSON SANTOS.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Então, em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

PEC nº 7/2022 (PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7/2022, EM 1ª DISCUSSÃO), de Lideranças Partidárias, que acrescenta o artigo 140-H à Constituição do Estado de Mato Grosso. O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é contrário à aprovação da PEC.

Em discussão, ninguém para discutir, eu passo para o 1º Secretário para fazer a votação nominal.

Vamos deixar só claro o seguinte: você pode votar SIM ou NÃO. Quem votar SIM está aprovando o parecer, rejeitando a PEC. Quem votar NÃO é a favor da PEC e contra o parecer.

Está entendido? O nosso Regimento diz o seguinte: “o que você coloca em votação é o parecer da Comissão”, e o parecer da Comissão é contrário. Então, aqueles que concordam com o parecer ser contra a PEC votam SIM.

Então, quem votar SIM está votando pelo parecer da Comissão. Está bem claro isso? Alguma dúvida? Não, né?

Então, Deputado Max Russi, por favor.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Como vota, Avallone?

O SR. CARLOS AVALLONE – Para encaminhar, pode? Como o parecer da Comissão de Constituição e Justiça é contra o projeto da PEC, então nós temos que derrubar. Quem quer votar a favor dos aposentados tem que derrubar, tem que votar NÃO, ok? Votar NÃO. (APLAUSOS)

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Deputado Carlos Avallone?

O SR. CARLOS AVALLONE – Voto NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Dilmar Dal Bosco?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 10H31MIN.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Presidente, eu também, da mesma maneira, encaminho voto SIM pela inconstitucionalidade, já que a Comissão da Constituição e Justiça... (GRITOS)... Meu voto é SIM.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Xuxu Dal Molin?

A Srª Janaina Riva – Ausente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Eduardo Botelho?

A Srª Janaina Riva – NÃO, NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Gimenez?

O SR. DR. GIMENEZ – SIM, voto SIM.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Nininho?

A Srª Janaina Riva – Nininho não está olhando, para variar. Chama de novo.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Paulo Araújo? NÃO. Sebastião Rezende? Silvano Amaral?

A Srª Janaina Riva – SIM.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Silvano Amaral, SIM. Thiago Silva? NÃO. Ulysses Moraes? NÃO. Wilson Santos?

(O PLENÁRIO QUESTIONA O SR. 1º SECRETÁRIO.)

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – ...NÃO, NÃO.

Wilson Santos?

O SR. WILSON SANTOS – Senhor Presidente, o senhor permite só 30 segundos.

O Sr. Ulysses Moraes – Só para registrar o meu voto: o meu voto é NÃO. Senão não consta na TV depois.

O SR. WILSON SANTOS – Senhor Presidente, o governo Mauro Mendes chamou todos os segmentos para o sacrifício. Diminuiu os benefícios fiscais do setor da indústria, tirou o comércio do Prodeic. Só 30 segundos, Líder, só 30 segundos.

E eu quero aqui, senhor Presidente, comparar isso... E também dos servidores não pagamos três RGAs.

No livro de Marcos, capítulo 12, versículo 45, há a passagem da viúva. Jesus num templo pediu que todos dessem uma cota, uma ajuda, um auxílio para alguém. Os mais ricos fizeram questão de dar e mostrar o quanto davam, e foi uma viúva lá e colocou duas moedinhas de forma muito tímida. Quando alguém censurou a viúva, ele disse: “Olha, ela de fato foi a que menos deu, mas na verdade foi a que mais deu, porque todos os que deram, deram somente as sobras. Ela deu aquilo que ela não tinha”. Então, os servidores públicos deram aquilo que não tinham.

Meu voto é NÃO, senhor Presidente! (APLAUSOS)

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Delegado Claudinei? Wilson votou SIM? NÃO. Delegado Claudinei?

O SR. DELEGADO CLAUDINEI – NÃO ao parecer e SIM à PEC nº 7. NÃO ao parecer.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Janaina Riva?

A SRª JANAINA RIVA – NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – João Batista? Lúdio Cabral? (PAUSA)
Lúdio Cabral?

O SR. LÚDIO CABRAL – NÃO ao parecer e SIM à PEC nº 7, que acaba com o confisco... (INAUDÍVEL - APLAUSOS)

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Professor Allan Kardec?

O SR. PROFESSOR ALLAN KARDEC – NÃO. (APLAUSOS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 10H31MIN.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Valdir Barranco?

O SR. VALDIR BARRANCO – NÃO ao parecer e SIM à PEC.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Elizeu Nascimento? Faissal Calil?

O SR. FAISSAL – NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Gilberto Cattani? SIM? Dr. Eugênio?

Max, NÃO. Valmir Moretto? SIM.

(O SR. 1º SECRETÁRIO DIALOGA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Com 6 votos SIM, 13 votos NÃO e 5 ausências, infelizmente a PEC não foi aprovada.

(O PLENÁRIO QUESTIONA O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Proposta de Emenda à Constituição precisa de 15 votos.

(MANIFESTAÇÃO DA PLATEIA.)

A Srª Janaina Riva – Pessoal, a participação... O Presidente Botelho estava dizendo o seguinte: a informação é pública.

Hoje, a votação não é secreta, portanto vocês vão ter acesso à folha de presença e aos votos de todos os Deputados aqui em plenário, tá? É público.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Projeto de Resolução... Deputado Lúdio Cabral, Lúdio Cabral.

O SR. LÚDIO CABRAL – Presidente, quero que o senhor faça a leitura dos votos favoráveis e dos votos contrários. É regimental. Quem votou favorável e quem votou contrário à PEC.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputada Janaina Riva, pela Ordem.

A SRª JANAINA RIVA – Silêncio só para eu fazer a leitura, tá bom! Silêncio só para fazer a leitura, tá bom!

Nós temos votos... Pessoal, eu preciso fazer a leitura.

Voto SIM: Deputado Dilmar, Deputado Gimenez, Deputado Nininho, Deputado Silvano Amaral e Deputado Gilberto Cattani.

Voto NÃO: Deputado Carlos Avallone, Deputado Botelho, Deputado Paulo Araújo, Deputado Thiago Silva, Deputado Ulysses Moraes, Deputado Wilson Santos, Deputado Delegado Claudinei, Deputada Janaina Riva, Deputado Lúdio Cabral, Deputado Allan Kardec, Deputado Barranco, Deputado Faissal e Deputado Max Russi.

Votos ausentes, que são contabilizados ausentes: Deputado Xuxu, Deputado Sebastião, Deputado João Batista, Deputado Elizeu Nascimento e Deputado Dr. Eugênio.

Esse é o resultado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok.

Projeto de Resolução nº 900/2022, da Mesa Diretora, que altera dispositivo do Anexo I da Resolução nº 677...

(O SR. PRESIDENTE DIALOGA COM O SR. SECRETÁRIO PARLAMENTAR.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Olha, a votação é pública, a votação de PEC é pública, vocês têm acesso a toda a votação. Vocês podem ter acesso às folhas de votação, ela é nominal e pública. Há a lista, eu peço à Deputada Janaina que possa fotografar e encaminhar a lista. Isso é público.

Projeto de lei nº...

(O SR. CARLOS AVALLONE DIALOGA COM O SR. PRESIDENTE.)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 10H31MIN.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Eu votei favorável à PEC, meu voto está na folha de presença, do Deputado Max também está. Meu voto foi contra o parecer da Comissão.

Projeto de Lei nº 871/2022, Mensagem nº 159/2022 (DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, EM 1ª DISCUSSÃO), que cria o Sistema Estadual de Promoção da Igualdade Racial do Estado de Mato Grosso (SEPIR/MT). O parecer é favorável da Comissão de Direitos Humanos, Defesa dos Direitos da Mulher, Cidadania e Amparo à Criança, ao Adolescente e ao Idoso.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª.

Deputado Lúdio Cabral. (PAUSA) Deputado Lúdio.

O SR. LÚDIO CABRAL – Presidente, estou com a mão levantada aqui faz tempo, é Questão de Ordem ainda em relação à votação da PEC. Na leitura dos nomes que a Deputada Janaina fez, foram 14 votos favoráveis à PEC e o Deputado Sebastião Rezende está pedindo para que o voto dele seja contado a favor da PEC, porque ele está sem sinal.

Portanto, são 15 votos favoráveis e havia necessidade de uma segunda chamada dos Deputados. Foi feito uma única chamada. Teria que ser feito uma segunda chamada, Deputado Sebastião Rezende deixou claro aí que ele estava em trânsito, com dificuldades desse sinal e ele pediu para que o voto dele seja contado, é o 15º voto.

A Srª Janaina Riva – Deputado Lúdio, aqui são 13, vou ler de novo para Vossa Excelência, conta aí também, porque não é possível que estou tão ruim assim de matemática.

Espera aí, pessoal, se contabilizar o do Deputado... Nós temos que fazer direito. O que nós não gostamos que faça com a gente... Vamos fazer a leitura novamente para todos.

Deputado Avallone, que está aqui; Deputado Botelho, 2; Deputado Paulo Araújo, 3; Deputado Thiago Silva, 4; Deputado Ulysses, 5; Deputado Wilson, 6; Deputado Claudinei, 7; Deputada Janaina, 8; Deputado Lúdio, 9; Deputado Allan Kardec é o número 10; Deputado Valdir Barranco, 11; Deputado Faissal, 12; Deputado Max, 13.

Então, aqui há 13 Deputados, agora se for contabilizar, não sei como funciona, aí há 14, mas eu contei certo! Eu sei contar!

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Então, vamos para a votação, continuar a votação, eu preciso continuar, infelizmente a PEC não foi aprovada e a decisão é do plenário, nós temos que respeitar.

Projeto de Resolução nº 900/2022 (EM 1ª DISCUSSÃO), da Mesa Diretora, que altera dispositivos do anexo I da Resolução nº 677, de 20 de dezembro de 2006, que aprova o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. O parecer é favorável da Comissão Especial, acatando a Emenda nº 1.

Em discussão...

(O SR. PRESIDENTE DIALOGA COM A SRª JANAINA RIVA.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Então...

(O SR. PRESIDENTE DIALOGA COM A SRª JANAINA RIVA.)

A Srª Janaina Riva – Presidente, eu gostaria de pedir o destaque da Emenda nº 1. Quero solicitar o destaque da Emenda nº 1.

(A SRª JANAINA RIVA DIALOGA COM O SR. PAULO ARAÚJO.)

A Srª Janaina Riva – Presidente, quero pedir destaque da Emenda nº 1.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok, o Deputado Dilmar está pedindo vista, concedo vista ao Deputado Dilmar de 24 horas.

(MANIFESTAÇÃO DA PLATEIA.)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 10H31MIN.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Projeto de Lei nº 814/2022, da Lei Orçamentária Anual, Mensagem nº 155/2022 (DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, EM 1ª DISCUSSÃO), que estima receita e fixa a despesa do Estado de Mato Grosso para o exercício financeiro de 2023. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, acatando as Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 241.

Em discussão... Infelizmente é longo, mas eu tenho que ler todas as emendas que a comissão acatou e as emendas que foram rejeitadas: 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 218 e 219 e prejudicadas: Emendas nºs 12, 58, 106 e 116.

Em discussão. Ninguém para discutir? Deputado Lúdio Cabral.

O SR. LÚDIO CABRAL – Presidente, só registrar meu voto contrário a essa primeira votação pelas razões que eu tenho argumentado há bastante tempo sobre uma lei orçamentária que está completamente desconectada da realidade do Estado, subestimando absurdamente a arrecadação do Estado, as receitas previstas para o ano de 2023. Algo que está acontecendo de forma sistemática desde 2019 e, infelizmente, a Assembleia não consegue corrigir isso, tendo todas as condições para fazer essas correções.

É por isso que os direitos dos trabalhadores dos serviços públicos são desrespeitados de forma sistemática por esse desgoverno, é por isso que áreas essenciais para assegurar a realização dos direitos da nossa população não têm os recursos necessários. Cito aqui a saúde pública, cito aqui a assistência social e cito aqui a agricultura familiar.

Era apenas para fazer esse registro.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok, Deputado Lúdio, eu, em relação... Eu não entendi direito, mas parece que em relação a LOA que estamos votando o Deputado não fez nenhuma menção, né?

Então, vamos para a votação... Deputado Lúdio, o senhor falou alguma coisa da LOA, o som aqui está... O pessoal gritando na galeria, não entendi direito.

O SR. LÚDIO CABRAL – Foi exatamente sobre a LOA que eu falei, Presidente. Foi exatamente sobre a LOA. Registrando meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ah, ok! Desculpa, Lúdio, é que o som aqui está meio complicado. (RISOS)

Bom, então encerrada a discussão, em votação. Os que aprovam o parecer da comissão permaneçam como estão. Quem for contra se manifeste (PAUSA). Registra-se o voto contrário do Deputado Lúdio Cabral, abstenção do Deputado Ulysses e abstenção do Deputado Faissal. Então está aprovado. Vai para a 2ª votação.

Projeto de Lei nº 913/2022, do Tribunal de Contas, que institui o auxílio-saúde aos membros e servidores efetivos, comissionados e inativos. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 10H31MIN.

(EM 2ª DISCUSSÃO, PROJETO DE LEI Nº 913/2022, DE AUTORIA DO TRIBUNAL DE CONTAS, QUE INSTITUI O AUXÍLIO-SAÚDE AOS MEMBROS E SERVIDORES EFETIVOS, COMISSIONADOS E INATIVOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO O AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SEUS MEMBROS E SERVIDORES ATIVOS, EFETIVOS E COMISSIONADOS. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Em discussão...

(O SR. PRESIDENTE DIALOGA COM O SR. SECRETÁRIO PARLAMENTAR.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Então, encerrada a discussão, em votação. Aqueles que aprovam o parecer permaneçam como estão. Quem for contra se manifeste (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Projeto de Lei nº 909/2022 (EM 2ª DISCUSSÃO), do Tribunal de Justiça, que altera a Lei nº 8.814, de 15 de janeiro de 2008, que institui o Sistema de Desenvolvimento de Carreiras e Remuneração (-SDCR DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO, PARA DISPOR SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS DE ASSESSORES DE GABINETE PARA OS JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA, DA VICE-PRESIDÊNCIA E DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA). O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Projeto de Lei nº 910/2022, do Tribunal de Justiça, que altera também a lei estadual de carreira e cria o CEMULHER. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

(EM 2ª DISCUSSÃO, PROJETO DE LEI Nº 910/2022, DE AUTORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, QUE ALTERA A LEI Nº 8.814, DE 15 DE JANEIRO DE 2008, QUE INSTITUI O SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO DE CARREIRAS E REMUNERAÇÃO - SDCR DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO, PARA DISPOR SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO - CEMULHER.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Projeto de Lei nº 911/2022, do Tribunal de Justiça, que altera a Lei nº 8.814, que institui o Sistema de Desenvolvimento de Carreiras, cria o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo e cargos no Quadro Funcional da Segunda Instância do Poder Judiciário. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

(EM 2ª DISCUSSÃO, PROJETO DE LEI Nº 911/2022, DE AUTORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, QUE ALTERA A LEI Nº 8.814, DE 15 DE JANEIRO DE 2008, QUE INSTITUI O SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO DE CARREIRAS E REMUNERAÇÃO - SDCR DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO, PARA DISPOR SOBRE A CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE APOIO AO GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO E SOCIOEDUCATIVO – GMF –, E CARGOS NO QUADRO FUNCIONAL DA SEGUNDA INSTÂNCIA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO.)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 10H31MIN.

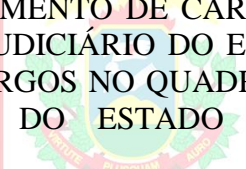
O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Projeto de Lei nº 911/2022 (LEIA-SE “PROJETO DE LEI Nº 912/2022”), do Tribunal de Justiça, que altera a lei organizacional, cria o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, em 2ª votação.

(EM 2ª DISCUSSÃO, PROJETO DE LEI Nº 912/2022, DE AUTORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, QUE ALTERA A LEI Nº 8.814, DE 15 DE JANEIRO DE 2008, QUE INSTITUI O SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO DE CARREIRAS E REMUNERAÇÃO - SDCR DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO, PARA DISPOR SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES E DE AÇÕES COLETIVAS - NUGEPNAC).

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Projeto de Lei nº 812/2022, do Tribunal de Justiça, que altera a Lei nº 8.814, sobre a criação do quadro funcional da Primeira Instância do Poder Judiciário. O parecer é favorável da Comissão de Trabalho e Administração Pública.

(EM 1ª DISCUSSÃO, PROJETO DE LEI Nº 812/2022, DE AUTORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, QUE ALTERA A LEI Nº 8.814, DE 15 DE JANEIRO DE 2008, QUE INSTITUI O SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO DE CARREIRAS E REMUNERAÇÃO – SDCR – DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO, PARA DISPOR SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS NO QUADRO FUNCIONAL DA PRIMEIRA INSTÂNCIA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.)


O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª votação.

Deputado Lúdio Cabral.

O SR. LÚDIO CABRAL – Senhor Presidente, só gostaria de fazer um pedido, que vou ter que me ausentar da Sessão, se o Projeto de Lei nº 820/2021 for colocado em votação, eu gostaria de fazer um pedido de vista desse projeto para que eu possa já deixar a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok. Vou mandar procurar aqui, Deputado.

Deputado Max Russi.

O SR. MAX RUSSI – ... (SEM ÁUDIO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – O som para o Deputado Max, por favor.

O SR. MAX RUSSI – Escutando? Oi, ah, beleza, obrigado.

Agradecer ao Deputado Botelho pela oportunidade.

Só quero cumprimentar hoje o Dia Nacional da Assistência Social, das assistentes, nossas assistentes que fazem um belo trabalho.

Ano passado, tivemos a oportunidade aqui nesta Casa de discutir o projeto, a lei da assistência social, que teve o apoio de todos os Deputados, a lei estadual foi um avanço

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 10H31MIN.

significativo, desses profissionais que precisam ser olhados, precisam ser valorizados, e o dia de hoje é um dia para comemorarmos, mas dizer que há muitas conquistas ainda a serem feitas.

Precisamos avançar muito ainda nos trabalhos da assistência, nos serviços da assistência, no fortalecimento e na valorização dos profissionais da assistência social.

Então, ficam os meus cumprimentos por esse dia importante a todas as assistentes sociais.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok.

Projeto de lei complementar do Tribunal de Contas que institui o Código de Processo de Controle Externo do Estado de Mato Grosso (PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 63/2022, EM 1ª DISCUSSÃO). O parecer é favorável da Comissão Especial.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Peço ao Deputado Max para fazer a coleta de votos do PLC.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Como vota, Deputado Carlos Avallone? Como vota, Deputado Dilmar Dal Bosco? SIM. Como vota, Xuxu Dal Molin? Como vota, Eduardo Botelho? SIM. Como vota, Dr. Gimenez? SIM. Como vota, Deputado Nininho? SIM. Como vota, Paulo Araújo? Sebastião Rezende, como vota? Como vota, Silvano Amaral? (PAUSA) Silvano? Como vota, Thiago Silva? SIM. Como vota, Ulysses Moraes? SIM. Como vota, Wilson Santos? Avallone vota SIM e Wilson vota SIM. Como vota, Delegado Claudinei? Como vota, Janaina Riva.

O SR. DELEGADO CLAUDINEI – SIM, Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Claudinei, SIM; e Janaina Riva, SIM. Como vota, João Batista? Ausente. Lúdio Cabral, como vota? Como vota, Professor Allan Kardec? Como vota, Valdir Barranco? Como vota, Elizeu Nascimento? Como vota, Faissal Calil? SIM. Como vota, Allan Kardec? Como vota, Gilberto Cattani? SIM. Como vota, Dr. Eugênio? Como vota Max Russi? SIM. Como vota, Valmir Moretto?

Secretaria de Serviços Legislativos
Presidente, um, dois, três...
Assembleia Legislativa

(O SR. 1º SECRETÁRIO ENTREGA A LISTA COM A VOTAÇÃO PARA O SR. PRESIDENTE.)
O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Com 15 votos favoráveis, está aprovado e vai à 2ª votação, e 9 ausências.

Projeto de Lei nº 825/2022 (EM 1ª DISCUSSÃO), da Deputada Janaina Riva, que institui, no Calendário Oficial de Datas e Eventos do Estado de Mato Grosso, o Dia da Educação Profissional Agrícola e Aniversário do IFMT São Vicente, realizado anualmente em 14 de abril. O parecer é favorável da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª votação.

Deputado Dilmar...

(O SR. DILMAR DAL BOSCO DIALOGA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Projeto de Lei nº 815/2022, Mensagem nº 156/2022 (DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, EM 1ª DISCUSSÃO), revisão anual, para o exercício de 2023, da Lei nº 11.071, de 26 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão. Encerrada a discussão... Oi? Concedo a vista de cinco dias ao Deputado Ulysses Moraes.

Projeto de Lei nº 832/2022 (EM 1ª DISCUSSÃO), do Deputado Dilmar Dal Bosco, que altera a Lei nº 9.415, de (21 DE) julho de 2010, que dispõe sobre a Fiscalização do

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 10H31MIN.

Comércio Estadual de Sementes e Mudas e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e de Regularização Fundiária.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª votação.

Eu peço para o Deputado Wilson Santos...

(O SR. PRESIDENTE DIALOGA COM A SRª JANAINA RIVA.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – ...não, Deputada Janaina está aqui. Assume aqui então... A Deputada Janaina vai assumir a Presidência.

(A SRª JANAINA RIVA ASSUME A PRESIDÊNCIA.)

A SRª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) – Projeto de Lei nº 990/2021 (EM 2ª DISCUSSÃO), de autoria do Deputado Dr. Gimenez, que institui o projeto “Hora do Colinho” na rede pública de Saúde do Estado de Mato Grosso. O parecer é favorável da CCJ (COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO).

Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os contrários se manifestem. Os favoráveis permaneçam como estão (PAUSA). Está aprovado. Vai ao Expediente.

Em 1ª votação, Projeto de Lei nº 815/2022 (EM 1ª DISCUSSÃO), Mensagem nº 156/2022, revisão anual, para o exercício de 2023, da Lei nº 11.071, de 26 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, e dá outras providências. O parecer é favorável da CCJ (COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO).

Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os contrários se manifestem. Os favoráveis permaneçam como estão (PAUSA). Está aprovada. Vai à 2ª.

Em 2ª votação, Projeto de Lei nº 1.202/2019 (EM 2ª DISCUSSÃO), de autoria do Deputado Romoaldo Júnior, que dispõe sobre o ensino domiciliar – *homeschooling* – na educação básica, abrangida pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. O parecer é favorável da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto, restando prejudicado o PL nº 560/2021, (E PARECER CONTRÁRIO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 1.202/2019 E AO PROJETO DE LEI Nº 560/2021).

Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os contrários se manifestem. Os favoráveis permaneçam como estão (PAUSA). Está aprovado. Vai ao Expediente. Vai ao Expediente (LEIA-SE “VAI AO ARQUIVO”).

Em 2ª votação, Projeto de Lei nº 396/2020 (EM 2ª DISCUSSÃO), da Deputada Janaina Riva, que assegura a inserção do símbolo da Pessoa com Visão Monocular nas placas de atendimento prioritário (E DELIMITA OUTRAS PROVIDÊNCIAS). O parecer é favorável da CCJ (COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO).

Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os contrários se manifestem. Os favoráveis permaneçam como estão (PAUSA). Está aprovado. Vai à redação final.

Em 1ª votação, Projeto de Lei nº 942/2022 (em 1ª discussão), de autoria da Mesa Diretora, que institui o auxílio-saúde aos servidores ativos, inativos, comissionados e membros da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. O parecer é favorável da Comissão de Trabalho (E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA).

Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os contrários se manifestem. Os favoráveis permaneçam como estão (PAUSA). Está aprovado. Vai à 2ª. (APLAUSOS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 10H31MIN.

Em 2ª votação, Projeto de Lei nº 913/2021 (EM 2ª DISCUSSÃO), de autoria do Deputado Dr. Eugênio, que institui a Política Estadual de Prevenção, Assistência e Informação à Crise Convulsiva. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em 1ª votação, Projeto de lei de autoria da Deputada Janaina Riva, Projeto de lei, desculpe...

Projeto de lei de autoria de Lideranças Partidárias que revoga a Lei nº 7.890, de 13 de março de 2003 (PROJETO DE LEI Nº 456/2022, EM 1ª DISCUSSÃO). O parecer é favorável da Comissão Territorial (COMISSÃO DE REVISÃO TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS E DAS CIDADES).

Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os contrários se manifestem. Os favoráveis permaneçam como estão (PAUSA). Está aprovado. Vai à 2ª.

Em 2ª votação, Projeto de Lei nº 1.158/2021 (EM 2ª DISCUSSÃO), de autoria do Deputado Dr. Eugênio, que denomina “Rodovia Erasmo Scarton” o trecho da Rodovia MT-140 de 15 km que liga a BR-070 (FAZENDA PARAÍSO) a BR-364, no município de Campo Verde. O parecer é favorável da CCJ (COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO).

Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os contrários se manifestem. Os favoráveis permaneçam como estão (PAUSA). Está aprovado. Vai ao Expediente.

Projeto de Lei nº 256/2022, de autoria do Deputado Max Russi, que dispõe sobre a estadualização do trecho da Estrada Municipal Integração Apuí. O parecer é favorável da CCJ. (EM 2ª DISCUSSÃO, PROJETO DE LEI Nº 256/2022, DE AUTORIA DO DEPUTADO MAX RUSSI, QUE DISPÕE SOBRE A ESTADUALIZAÇÃO DO TRECHO DA ESTRADA MUNICIPAL INTEGRAÇÃO APUÍ, QUE LIGA AS MARGENS DA RODOVIA ESTADUAL M-208, NO POVOADO DE ALTO PARAÍSO, NO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE – LAT S 9º, 940939 LONG W 57º134891 –, ATÉ A RODOVIA ESTADUAL MT-206 – COORDENADA LAT S 9º570446 LONG W 57º258998 –, NO MUNICÍPIO DE APIÁCAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.)

A SRª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) – Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os contrários se manifestem. Os favoráveis permaneçam como estão (PAUSA). Está aprovado. Vai ao Expediente.

Em 1ª votação, Projeto de Lei nº 186/2021 (EM 1ª DISCUSSÃO), de autoria do Deputado Eduardo Botelho, que cria a carteira de identificação do portador de placas metálicas no âmbito do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Defesa do Consumidor (E DO CONTRIBUINTE).

Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os contrários se manifestem. Os favoráveis permaneçam como estão (PAUSA). Está aprovado. Vai à 2ª.

Em 1ª votação, Projeto de Lei nº 211/2021 (EM 1ª DISCUSSÃO), de autoria do Deputado Eduardo Botelho, que institui a campanha “Junho Violeta” em alusão ao Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa. O parecer é favorável da Comissão de Direitos Humanos, (DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, CIDADANIA E AMPARO À CRIANÇA, AO ADOLESCENTE E AO IDOSO).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 10H31MIN.

Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os contrários se manifestem. Os favoráveis permaneçam como estão (PAUSA). Está aprovado. Vai à 2ª.

Em 1ª votação, Projeto de Lei nº 553/2021 (EM 1ª DISCUSSÃO), de autoria do Deputado Paulo Araújo, que estabelece Protocolo de Prevenção, Abordagem e Responsabilização Institucional contra violências na Administração Pública (DO ESTADO DE MATO GROSSO). O parecer é favorável da Comissão de Trabalho (E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA).

Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os contrários se manifestem. Os favoráveis permaneçam como estão (PAUSA). Está aprovado. Vai à 2ª.

Em 1ª votação, Projeto de Lei nº 597/2021 (EM 1ª DISCUSSÃO), de autoria do Deputado Dr. João, que obriga as empresas de telefonia fixa e móvel a disponibilizarem em seus sites tabelas de serviços prestados com as respectivas tarifas. O parecer é favorável da Comissão de Defesa do Consumidor (E DO CONTRIBUINTE).

Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os contrários se manifestem. Os favoráveis permaneçam como estão (PAUSA). Está aprovado. Vai à 2ª.

EXPLICAÇÃO PESSOAL

A SRª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) – Não havendo mais projetos a serem apreciados na Ordem do Dia, nós passamos para as Explicações Pessoais.

Primeiro Deputado inscrito é o Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS – Senhora Presidente, colega Deputada Janaina, nós nesta manhã acabamos de fazer uma votação rejeitando mais uma emenda à Constituição do Estado de Mato Grosso.

E quero agora, de maneira bastante tranquila, justificar o meu voto.

Em 2003, na condição de deputado federal, o presidente Lula encaminhou ao Congresso Nacional a proposta de emenda, a PEC, nº 41/2003. A proposta dessa emenda à Constituição da República, que acabou sendo aprovada e o texto incorporado à Constituição Federal, era taxar os inativos. Pela primeira vez uma taxação aos inativos, àqueles que contribuíram com a Previdência durante décadas, acontece no País.

Na condição de deputado federal, votei contra essa matéria. Inclusive, na legenda, no PSDB a mim foi delegado a orientação para fazer a defesa da minha proposição contra a PEC e assumi a tribuna da Câmara dos Deputados, lá está registrado, nos anais daquele Parlamento, a minha argumentação e o meu voto contrário. Por quê? Entendia que o servidor já havia contribuído com a Previdência todo o tempo que a legislação exigia e nós sabemos que no Brasil os contratos têm força de lei.

Ora, se, ao entrar no serviço público, ele assumiu um contrato em relação à contribuição previdenciária e cumpriu esse contrato rigorosamente – inclusive esse pagamento é feito antecipadamente; ao receber o seu salário, no holerite já consta o desconto para a Previdência – , cumpriu os 30, 35, 40 anos, conforme a lei estabelece, então isso é ato jurídico perfeito e acabado. Votei contra.

Um ano depois, eu disputei as eleições para prefeitura de Cuiabá e, durante o processo eleitoral, em debates eu garanti aos servidores da Prefeitura de Cuiabá que estavam na

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 10H31MIN.

inatividade que, se eleito prefeito fosse, não descontaria absolutamente nada a título de contribuição previdenciária dos servidores inativos da municipalidade da Capital e assim foi feito.

Durante os mais de 5 anos que dirigi a Prefeitura de Cuiabá, de... (TEMPO ESGOTADO)... De 2005 até final de março de 2010, eu não permiti o desconto de nenhuma alíquota previdenciária. Seja 11%, 9%, 7%, 0,5%, nada, cumpri a minha palavra dada nas ruas, nas praças públicas, nos debates, e os servidores da Prefeitura de Cuiabá são testemunhas do que estou dizendo.

Na atual gestão Mauro Mendes, por entender a necessidade de que o Governo tinha de tomar algumas medidas para a arrumação da casa, votei aqui pelo aumento da alíquota de 11% para 14%.

Passados quatro anos, ao findar deste primeiro mandato de Mauro Mendes, ao constatar que os salários dos servidores estão em dia, que os fornecedores que vendem bens, que prestam serviços, que fazem obras neste Estado estão também com seus ganhos em dia, ao observar que a gestão fiscal do Estado ganhou nota A da Secretaria do Tesouro Nacional, ao observar que há em caixa mais de 6 bilhões de reais, eu não poderia ter outra postura a não ser com a coerência e com respeito a tudo aquilo que eu fiz para aposentados e pensionistas em Cuiabá, em Mato Grosso e no Brasil.

Votei pela aprovação da PEC nº 7, porque as condições econômico-financeiras do Governo de Mato Grosso são outras em relação a 2019, quando aqui em janeiro de 2019 nós votamos um pacote de mensagens enviadas pelo Executivo.

Era preciso apertar o cinto... (TEMPO ESGOTADO)... Era preciso apertar o cinto, fazer cortes para que o Estado pudesse tomar rumo. Mas hoje, vírgula, hoje não! As condições econômico-financeiras do Estado são outras, aplaudidas, governador foi reeleito com 68% dos votos, tem dinheiro em caixa e essas condições que esta Casa... Este Poder teve coragem de apreciar, de discutir, de votar medidas duras, medidas impopulares, de cortar na própria carne, nós tivemos lá atrás, há quatro anos nós tivemos.

E agora mantendo a mesma coerência, num momento completamente inverso, num momento em que o Estado faz superávit, recupera sua capacidade de investimento próprio, investe quase 15% das suas receitas correntes líquidas, os salários estão em dia.

Agora é diferente! Essa é a justificativa do meu voto e, tenho certeza, dos outros 12 colegas que tiveram coragem de vir ao plenário ou mesmo à distância de dizer em alto e bom som: favoráveis à PEC nº 7.

A luta não acabou, perdemos essa primeira batalha. Essa emenda poderá ser reapresentada no ano que vem, porque eu acho muito justo, muito justo, Deputada Janaina, que essa luta continue.

Nós, mais do que ninguém, sabemos como a carestia tomou conta do País. O preço dos remédios, mas não só de remédios, dos netos, dos filhos que estão nas faculdades particulares, do transporte público, do combustível, do material escolar, tudo subiu neste País!

Todo dia na feira, no supermercado, na mercearia são outros preços, são novos preços. Ninguém aguenta mais suportar três, quatro, cinco anos de salários congelados. Há uma perda aí de 20%, 30%, talvez 40% do poder aquisitivo do servidor da ativa e principalmente dos inativos.

Nós voltaremos a tratar desse assunto em breve.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) – Parabéns, Deputado Wilson Santos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 10H31MIN.

O colega Deputado Carlos Avallone me dizia agora há pouco que nós temos uma audiência marcada para discutir esse assunto e para confrontar os números da MTPREV.

Assim como Vossa Excelência, estou muito convicta também de que no ano que vem nós vamos superar essa pauta, que infelizmente não foi superada no dia de hoje.

Então, parabéns pela fala, pontual como sempre.

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

A SRª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) – Então, não havendo mais inscritos para as Explicações Pessoais, eu declaro encerrada a presente Sessão e agradeço a todos pela presença e por nos acompanharem até agora. (LEVANTA-SE A SESSÃO.)

(PARTICIPARAM DA SESSÃO OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS: BLOCO ASSEMBLEIA FORTE - CARLOS AVALLONE, DILMAR DAL BOSCO, EDUARDO BOTELHO, DR. GIMENEZ, SILVANO AMARAL, NININHO, PAULO ARAÚJO, SEBASTIÃO REZENDE, THIAGO SILVA, ULYSSES MORAES E WILSON SANTOS; BLOCO RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA - PROFESSOR ALLAN KARDEC, DELEGADO CLAUDINEI, JANAINA RIVA, LÚDIO CABRAL E VALDIR BARRANCO; BLOCO PARLAMENTARES UNIDOS - ELIZEU NASCIMENTO, FAISSAL, GILBERTO CATTANI, MAX RUSSI E VALMIR MORETTO. **DEIXARAM DE PARTICIPAR OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:** DR. EUGÊNIO – CONFORME MEMORANDO Nº 189/2022 –, XUXU DAL MOLIN E JOÃO BATISTA DO SINDSPEN.)

Revisada por:

- Eunice José de Souza;
- Solange Aparecida Barros Pereira.



ALMT
Assembleia Legislativa